

A racionalidade do trabalho no capitalismo tardio

Juliana de Castro Chaves – Professora Dra. da UFG-GO – julich@terra.com.br

1. Introdução

Ao longo do tempo, pôde-se observar que, independentemente da configuração, o trabalho está ligado a formas de organização da sociedade, o que significa dizer que a idéia de trabalho, em qualquer tempo, apresenta uma racionalidade que funda a constituição objetiva e subjetiva dos indivíduos, determinando, portanto, modos de vida. O trabalho já foi considerado atividade atribuída a pessoas inferiores, que deveriam se contentar com a inexistência ou limitação da liberdade, punição para os incapacitados ou modelo de formação humana, possibilidade do exercício de uma existência livre. Ainda que a relação entre trabalho e formação não seja similar em todos os povos e em todas as épocas, as formas sociais do trabalho carregam e imprimem predominantemente formas de afecção que implicam certo nível de negação das possibilidades de autonomia e, por que não dizer, de liberdade.

Pode-se afirmar que, desde os primórdios da sociedade, apresenta-se uma racionalidade do trabalho que vem acompanhada de sofrimento, de sacrifício, de recusa da fruição, de subserviência do sujeito e de dominação, a qual oferece elementos que preparam a racionalidade necessária para fazer valer os avanços do modo de produção atual. Essa perspectiva de análise da relação entre as condições objetivas e as concepções de trabalho tanto oferece bases para o entendimento do trabalho na sociedade que o cria, quanto revela a relação que o trabalho estabelece com a formação do indivíduo, o que possibilita o entendimento de elementos do passado que se recriam hoje.

Na medida em que o trabalho foi se reestruturando, novas relações, novos modos de produção e novas exigências foram sendo estabelecidas. A Teoria Crítica da Sociedade, vinculada à Escola de Frankfurt e representada mais especificamente por Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse em diálogo com outros referenciais teóricos auxiliam a compreensão dessas relações e permite o entendimento da especificidade da racionalidade do trabalho na sociedade administrada que, embora apregoe a formação do indivíduo autônomo, evidencia uma heteronomia e uma infelicidade avassaladoras.

1.1 O trabalho no capitalismo: rupturas e continuidades

Mesmo que o sistema capitalista tenha sofrido transformações no que diz respeito ao controle dos indivíduos e às formas de acumulação do capital, pode-se afirmar que a base da exploração continua ligada à força de trabalho, à divisão do trabalho, à hierarquização e à orientação para o crescimento e para o lucro. O capital atua de diversas maneiras no capitalismo, delineando formatos peculiares de organização do trabalho. Os princípios da administração científica de Taylor surgiram no século XIX e foram amplamente implantados nas empresas no começo do século XX. Esses princípios expressam a utilização de conhecimentos para a dominação, ao criar mecanismos de apropriação da energia do trabalhador em seus atributos físicos e manuais, que são minuciosamente cronometrados. Como o trabalho ainda não era concebido como algo apaixonante, um dogma, como diz Lafargue (1999), e a natureza humana era vista com tendências à vadiagem e ao gasto de energia em distrações, a exploração da força de trabalho dava-se pelo controle dos tempos e movimentos de cada operação. Nesse contexto, o papel do Estado consistia em mediar os pólos opostos: operário e empregador (IMBRIZI, 2001).

Com a introdução da linha de montagem fordista, ações repetitivas foram acrescentadas às características do trabalho, delineando um modelo taylorista-fordista de produção mais relacionado à mecanização, ao parcelamento, à homogeneização, à desqualificação e à hierarquização (MATOSO, 1995). A fabricação em série, modo produtivo predominante na época, demandava o aumento do consumo e o questionamento acerca da estratégia mais eficaz para transformar o trabalhador em consumidor. Essas transformações não demoraram também a revelar os efeitos perversos na vida do trabalhador.

O período pós-guerra instaurou o alto índice de desemprego e o padrão de desenvolvimento dos Estados Unidos como modelo para os países ocidentais e como pólo oposto aos países socialistas. Por volta de 1960, nos países de capitalismo avançado, e em 1980, nos países periféricos, a organização do trabalho taylorista-fordista deu indícios de esgotamento. Essa crise, entre outros fatores, envolveu uma situação de mercado que combinava a produção em grande escala com a diminuição da capacidade de consumo, já que havia a redução de compra dos países centrais e, no Terceiro Mundo, o surgimento de novos produtores e o recuo de certos mercados (PEDROSA, 2003). Pode-se afirmar que essa situação alterou as regras de concorrência, fazendo com que se desencadeasse uma tendência de produção em lotes diferenciados e em nichos específicos do mercado, com produtos mais adaptados às especificações cambiantes.

Outros fatores, como rigidez no processo produtivo, oposição dos trabalhadores que se reuniam em sindicatos e lutavam contra a forma organizacional existente e os baixos salários, permanência de tempos improdutivo no processo de produção, em virtude do parcelamento indefinido do trabalho, multiplicação de postos, que aumentava a distância percorrida pelo produto na empresa e a ociosidade de equipamentos, e dificuldades de expansão do lucro, eram incompatíveis com as formas de consumo almejadas (PEDROSA, 2003). Nesse sentido, era fundamental transpor a falta de flexibilidade da máquina pesada, a produção em larga escala, o trabalhador monovalente e os tempos mortos e improdutivo.

O capital lançou mão de novas formas de uso do trabalho que envolvem mudanças tecnológicas, organizacionais e gerenciais. Esse processo foi marcado por alterações nas relações interempresariais (terceirização, formação de cadeias produtivas), na relação entre capital e trabalho (desregulação e informalização), na relação entre Estado e sociedade (neoliberalismo exacerbado) e na organização do processo produtivo. O modo produtivo padronizado foi substituído pela fabricação de diferentes produtos, em um curto espaço de tempo, para atender às novas exigências da individualização dos itens, caracterizadas pela diminuição de seu tempo de vida e do tempo de giro do consumo. Do ponto de vista da organização do trabalho, a automação microeletrônica e a informatização oferecem um teor variado à produção.

Nesse contexto, o parcelamento e a especialização da produção em série foram substituídos pela integração, de forma a buscar a racionalização do uso das máquinas para reduzir sua ociosidade por meio da intensificação do trabalho vivo e pela flexibilização adotada em relação ao produto, à mudança de projeto, ao volume, entre outros. Isso desembocou na presença de ilhas de trabalhadores reunidos em grupos semi-autônomos com especialização flexível (PEDROSA, 2003).

A mudança do padrão tecnológico das organizações e a consolidação da produção flexível, por ser a mais bem preparada para lidar com as incertezas e com as variações do mercado, evidenciaram também a importância do controle do fluxo de

informações, da velocidade na transmissão de informações e da criação de nichos específicos para atender às demandas da sociedade. O mais importante, nesse contexto, é propiciar modelos de comunicação ágeis e compreensíveis que diminuam ao máximo a metalinguagem nas relações de trabalho.

Essas inovações baseiam-se em uma nova compressão de espaço, de tempo e de trabalhador, e buscam eliminar as barreiras, incentivar o convívio harmônico dos contrários e as qualidades individuais, tais como criatividade, colaboração, engajamento, iniciativa, responsabilidade, autonomia intelectual e o saber lidar com as emoções. Na mesma proporção em que a automação flexível altera a estrutura produtiva, também se exigem níveis mais elevados de formação técnica. Como o presente é a instância passível de ação, é exigida vigilância redobrada do trabalhador com o intuito de tornar sua resposta mais rápida e efetiva.

A passagem do capitalismo liberal para o capitalismo de monopólios estabelece uma nova configuração do sistema capitalista, denominada capitalismo tardio por Adorno (1986). O capitalismo tardio difunde uma cultura aparentemente interessada no indivíduo e na construção de uma sociedade democrática que tenta harmonizar as contradições e que, na verdade, alastra a desigualdade e a exclusão. Nesse contexto, os organismos internacionais e os grandes monopólios empresariais exigem que o Estado corte as chamadas políticas sociais, diminua os direitos conquistados pelos trabalhadores ligados às leis trabalhistas e abra progressivamente as fronteiras nacionais, que devem se tornar mais flexíveis para os países hierarquicamente mais poderosos.

Nesse processo, a racionalidade do Estado assemelha-se à racionalidade técnica. O Estado cede vantagens para as empresas, oferecendo-lhes isenções de taxas e possibilidades de contratos vantajosos para que, com “civismo”, elas ofereçam empregos. As “empresas-cidadãs”, como são denominadas, por sua vez, ameaçam o tempo todo deixar a região em que se encontram instaladas, alegando que não dispõem do apoio necessário. Muitos dos administradores dessas empresas ainda afirmam, de forma “irracional”, que, a fim de evitar o desemprego, é necessário demitir. Essa idéia difunde a crença de que o sacrifício de alguns, na forma de demissão, deve ser praticado visando assegurar a permanência de outros na empresa, prática que evidencia a recorrência do sacrifício do indivíduo em prol da sociedade.

Para Chesnais (1996), a abertura progressiva das fronteiras nacionais estimula a liberalização do comércio exterior, o que facilita as operações dos grupos industriais multinacionalizados que, munidos de uma grande concentração de capital, estabelecem as regras para negociações internacionais e exigem um alto grau de abertura e de liberdade ao capital internacional e aos seus bens e serviços. O aumento do grau de interpenetração entre os capitais de diferentes nacionalidades e o surgimento de oligopólios mundiais criam a tendência de os grupos industriais reorganizarem-se como empresas-rede, fazendo com que as suas transações definam o mercado, que não é mais baseado em “trocas simples”, na “livre concorrência”, mas no que é definido por essas poderosas corporações mundializadas.

Os países que não apresentam condições para produzir bens considerados importantes, em razão da concorrência, se submetem ao poder das corporações, as quais possuem monopólio tecnológico e capital produtivo financeiro e estabelecem conexões com empresas de mão-de-obra mais barata. Essas corporações mundializadas obtêm lucros tanto do processo de terceirização quanto do capital financeiro (empréstimo de

dinheiro à base de juros), fazendo com que seja engendrada uma nova forma de fetichismo do dinheiro produzir dinheiro (MARINI, 1997).

Marcuse (1978) afirma que o capitalismo monopolista transforma a livre competição individual de cunho liberal em competição monopolista entre grandes empresas. Assim, “o futuro do indivíduo depende cada vez menos da sua própria prudência e cada vez mais das disputas nacionais e internacionais, o que faz a individualidade perder a base econômica” (HORKHEIMER, 2002, p. 142).

Embora seja difícil estabelecer o que seja continuidade e ruptura no capitalismo tardio, delinea-se aqui esta discussão com o intuito de entender as especificidades da racionalidade do trabalho no capitalismo tardio. De imediato, podem-se apontar como continuidades a forma e a utilização das inovações tecnológicas e a política imbricada cada vez mais nas questões econômicas, o que pressupõe um papel intervencionista do Estado. No âmbito da racionalidade do trabalho, percebe-se a presença de formas de alienação, fetiche e reificação mais amplas e agudas e a ideologia, não como algo que encobre o real, mas que demonstra como é a vida real e, por isso, a própria realidade é transformada na única forma de existência. Como rupturas, podem-se indicar as seguintes especificidades: crescimento vertiginoso do capital financeiro, que concebe uma nova forma de fetichismo, representada pela pretensão do capital-dinheiro transformar-se em controlador invisível da vida dos indivíduos, desenvolvimento, que combina crescimento com desemprego, e surto de produtividade sem precedentes..

1.3 - A centralidade do trabalho no capitalismo tardio

Adorno (1986) ressalta, em defesa de Marx, que a crítica ao capitalismo não é obsoleta, como muitos afirmam e, mesmo que o mundo esteja determinado pela técnica, com um desenvolvimento que supera todas as expectativas, se comparado a outras épocas, e que a contradição de classes tenha perdido relevância, ainda persiste a metamorfose do trabalho em mercadoria, além de a sociedade ainda ser sociedade de classes. Para ele, o capitalismo tardio é uma situação que apresenta uma imensa elevação do potencial técnico e de quantidade de bens de consumo, uma realidade, na qual “as relações de produção se revelaram mais elásticas do que Marx imaginava” (p. 63). Nesse sentido, reconhecer e oferecer resistência aos padrões monopolistas que afetam as mentes das pessoas é fundamental. Por mais insuperáveis que sejam os padrões, é necessário contribuir com meios que não sucumbam, eles próprios, ao caráter de fetiche. Então, as leis objetivas não devem ser divinizadas, mas criticadas em relação à aparência de que o individual e o concreto já determinam o curso do mundo.

No capitalismo tardio, a crença de que o desenvolvimento das forças produtivas melhoraria as condições de vida se revela ilusória, ainda que haja a ligação automática entre expansão da produção material, distribuição e consumo como aparência necessária. Isso significa que a consolidação da ideologia da produtividade, em um contexto em que as contradições se tornam cada vez mais agudas, ainda é propagada, mesmo que a superprodução não tenha realizado o suprimento das necessidades básicas e continue a gerar sofrimento.

Além do mais, no capitalismo tardio, a ênfase às posições de patrão e de trabalhador no processo de produção, em última instância, no poder de dispor ou não sobre os meios de produção, é insuficiente para entender as relações de dominação. Por isso, é necessário investigar como a utopia do crescimento da produção, com sua promessa de satisfação das necessidades materiais, apesar de ter se tornado uma possibilidade palpável com a produtividade técnica, ainda se sustenta diante de contradições tão visíveis (ADORNO, 1986).

Nesse contexto de abundância, pregar a primazia das forças produtivas, sem levar em conta as contradições dessa expansão, significa concebê-las com um valor em si e realizá-las de modo mecânico. A irracionalidade manifesta-se quando “o mais alto desenvolvimento das forças produtivas coincide com a opressão e a miséria totais” (MARCUSE, 1978, p. 285). A própria superprodução, realizada pela “aparelhagem técnica que se autonomizou cresceu tanto que até se tornou irracional (isto é, não rentável) no interior do próprio capitalismo” (ADORNO, 1986, p. 72).

O entendimento dessa dinâmica exige a reflexão sobre a ligação estreita entre as forças produtivas e as relações de produção. De acordo com Adorno (1986, p. 69), “demasiado otimista era a expectativa de Marx de que seria historicamente certo um primado das forças produtivas, que necessariamente romperia as relações de produção”. A necessidade do aumento da produção levou tanto à estagnação das relações de produção antigas quanto à implementação de novas relações de produção. Com as novas demandas do capital, aparece “a predominância das relações de produção sobre as forças produtivas, que, porém, há muito desdenham as relações” (ADORNO, 1986, p. 70). As relações de produção têm prioridade e, em geral, são descoladas das condições que as criaram, e “mais do que nunca, as forças produtivas estão sendo mediadas pelas relações de produção, de um modo tão completo, que estas aparecem exatamente por isso como segunda natureza” (ADORNO, 1986, p. 71). Não é à toa que muitos abordam a existência de relações mais democráticas, menos coercitivas, baseadas no consentimento, na parceria, no diálogo e na requalificação, como espaços de resistência para os trabalhadores, produzindo microanálises descoladas do todo.

Para entender o culto às relações de produção, faz-se necessário compreender o seu entrelaçamento com as forças produtivas. Essa relação não é de oposição, mas dialética, pois “dificilmente as relações de produção poderiam afirmar-se de um modo tão pertinaz sem o apocalíptico abalo de novas crises econômicas” (ADORNO, 1986, p. 71-72). A defesa da sobreposição das relações de produção menospreza a capacidade de agilidade que o capital tem de exercer novas formas de dominação. Essa tendência é facilitada porque no capitalismo tardio, cada vez mais, as fronteiras que separam os fenômenos são diminuídas, e se estabelece, como processo de mediação, a totalidade dos processos de troca que suprime “da consciência, contra a própria evidência, o que é antagônico e separador” (ADORNO, 1986, p. 74).

A riqueza psíquica, embora enaltecida, vem sendo empobrecida à medida que as instâncias sociais são cada vez mais racionalizadas pelo modelo industrial. Nesse sentido, o valor de uso das mercadorias perdeu a última evidência natural. O ideal de produtividade é medido não em relação às necessidades de todos, mas em termos de utilidade em relação à estrutura de poder. Atualmente, “a expressão das necessidades humanas não é mais distorcida pelos duvidosos indicadores econômicos do mercado; em vez disso, essas necessidades são determinadas pelas estatísticas” (HORKHEIMER, 2002, p. 156). Além do mais, a necessidade de sobrevivência, das quais todas as outras dependem, ainda é ameaçada.

Para Adorno (1986), o sistema capitalista, mesmo tendo sofrido transformações nesse estágio atual das forças produtivas, ainda continua baseado no modelo industrial. A despeito de todas as metamorfoses do capitalismo, observa-se que a sociedade contemporânea é fundamentada no modelo industrial e, até mesmo as esferas da cultura, da subjetividade humana e do Estado, são baseadas na produção e no consumo e, portanto, no trabalho. Centralidade no trabalho não significa centralidade do emprego formal ou do sistema salarial, mas da propriedade privada, da lógica do lucro e do sistema produtor de mercadorias.

O trabalho industrial torna-se o padrão de sociedade, expandindo-se para a totalidade e envolvendo setores da produção material, da administração, da distribuição, da cultura e do lazer. Esse padrão de sociedade apresenta-se como uma organização tão bem consolidada que é difícil pensar que possa haver outras disposições. Em tal organização, os indivíduos, por sua vez, só percebem possibilidade de conformação. A integração social é realizada de tal forma que os trabalhadores “fugiram à plena consciência de que são objetos, e não sujeitos, do processo social, processo que, no entanto, [as massas] mantêm em andamento como sujeitos” (ADORNO, 1986, p. 66).

Há diferenças cruciais na forma como a adequação do indivíduo à ordem social se deu no passado e se concretiza atualmente. Os padrões de épocas anteriores, mesmo tornando-se obsoletos em seu papel na produção, são fundamentos culturais. Eles se promoviam como verdade comum e universal e, quando comparados à validade objetiva, necessitavam da ideologia para sua existência no corpo da sociedade. Dessa maneira, os padrões não correspondiam ponto a ponto às formas de vida material e ambos gozavam de certa autonomia. Assim, “nem a vida em si mesma nem a estrutura intelectual estavam completamente integradas” (HORKHEIMER, 2002, p. 146), pois os conceitos não estavam completamente amalgamados com a ordem prática e a população trabalhadora formava um contraste com as totalidades pragmáticas das lideranças do mundo do negócio. No mundo atual o indivíduo é reduzido às organizações. Ele é uma simples célula de reação funcional, pois “as unidades organizacionais modernas, tal como a totalidade da classe operária, são partes orgânicas do sistema sócio-econômico” (HORKHEIMER, 2002, p. 146-147).

Os próprios sindicatos de operários estão tão organizados monopolisticamente, embora assegurem algumas vantagens para os trabalhadores, pelo menos temporariamente, que manobram e estabelecem um preço, um poder muito superior ao trabalhador individual, terminando por ser um negócio como o de qualquer outra empresa: “o mesmo processo que, tanto na realidade quanto na ideologia, fez do operariado um tema econômico, transformou o operário, que já era o objeto da indústria também em objeto do operariado” (HORKHEIMER, 2002, p. 149). Existe uma verossímil semelhança em todas as organizações: preocupação em conservar e ampliar o seu controle, tornando supérflua a crítica da sociedade.

Os trabalhadores da atualidade são mais bem informados. Eles reagem contra o que infringe as regras do jogo, mas não chegam a questionar as regras em si mesmas. Na sociedade funcional, a “toda-poderosa ordem das coisas continua a ser, ao mesmo tempo, a sua própria ideologia” (ADORNO, 1986, p. 74-75). Com as condições objetivas desfavoráveis estabelecidas e consideradas imutáveis, elas próprias viram ideologia, substituindo as “ideologias” que simulavam uma pretensa realidade e tinham o poder de convencer aqueles que acreditavam nelas. Nesse caso, a ideologia é a própria sociedade e falso não se refere ao ideológico, mas ao fato de a “cópia” da sociedade impor-se como efetiva. Essa ideologia caracteriza-se mais pela ausência da autonomia do que pela simulação de uma pretensa autonomia.

A mentira manifesta, idéia na qual ninguém mais acredita, está cada vez mais substituindo as ideologias antigas que tinham o poder de convencer aqueles que acreditavam nelas e que tentavam ocultar a realidade adversa. Em sua versão moderna, a ideologia apresenta-se como uma mentira manifesta, que chega ao cinismo. A necessidade do trabalho para a sobrevivência é uma mentira manifesta, pois o acúmulo de conhecimentos e o avanço tecnológico já oferecem condições para eliminar a miséria da terra. Ninguém mais acredita que a liberdade, em seu pleno sentido, esteja presente no trabalho. Entretanto, em virtude da existência de um mercado que lhes reserva cada

vez menos, ainda defendem a existência do trabalho, agradecem a Deus por estarem empregados e, conseqüentemente, por poderem ser explorados.

Antes havia adesão ao trabalho, em virtude da luta imediata pela sobrevivência, mas existia o sonho com os prazeres de um universo menos dinâmico e mais repousante. Atualmente, embora roídos pela má consciência, os indivíduos agarram-se à exaltação da vida energética, da atividade eterna. O trabalho é transformado em ídolo, tomando lugar dos fundamentos humanísticos, “enquanto os conceitos de realização completa e a satisfação ilimitada alimentavam esperanças que desprendiam as forças do progresso, a idolatria do progresso conduz ao eu oposto” (HORKHEIMER, 2002, p. 154). A lógica de fazer do trabalho um fim em si mesmo acarreta, posteriormente, ressentimento em relação a ele.

Adorno (1995, p. 216) denuncia que a técnica, fruto do trabalho acumulado dos homens, se transformou em ideologia em razão do enaltecimento de uma suposta neutralidade técnica dos critérios de produtividade e que a ênfase exagerada na técnica elimina a reflexão sobre a experiência e sobre os fins e instrumentaliza a ação. O uso da técnica tem, inicialmente, a sua parcela de racionalidade, mas quando as pessoas tendem a tomar a técnica em si mesma, considerando-a uma força própria, e se esquecem que ela é um prolongamento do braço humano, ela se torna fetiche. A indiferença no tocante às razões pelas quais a técnica foi criada, ou seja, a perda do fim, que é a vida, é pré-condição para a instalação da dominação e, conseqüentemente, da violência. Nesse contexto, “mesmo aquilo que no homem difere da técnica vê-se incorporado como uma espécie de lubrificação da técnica” (ADORNO, 1993, p. 201), isto é, a própria diferenciação psicológica acaba por colocar-se a serviço da produção. A solicitação de pessoas caladas e concentradas para realizar trabalhos com informática, e de pessoas extrovertidas para trabalhar com telemarketing, são exemplos dessa situação.

Para Horkheimer e Adorno (1973), o fetichismo da técnica não deve levar à condenação ou à eliminação da técnica, mas ao resgate de sua finalidade. Ao se criticar o fetichismo da técnica, deve-se interrogar sobre o seu fim, que era propiciar uma vida livre, justa e digna, pois, “crítica não significa, neste caso, subjetivismo, mas confronto da coisa com o seu próprio conceito” (HORKHEIMER; ADORNO, 1973, p. 21).

O capitalismo é permeado por valores competitivos que confirmam a perversidade e a indiferença que estão presentes em todos os níveis de chefia e entre os próprios companheiros de trabalho. A indiferença, se acentuada, pode afetar até mesmo o tratamento das pessoas no que diz respeito às convenções e à boa educação: “perguntar como alguém está, algo que já nem é esperado, torna-se uma espécie de sondagem ou uma agressão. Os indivíduos começam, então, não sem motivo, a reagir também com hostilidade ao tato” (ADORNO, 1993, p. 30).

A sociedade atual perpetua o medo e impede a sua elaboração. No trabalho, não basta fazer as coisas certas, pois, da mesma forma que as pessoas têm de aprender rapidamente, o que elas aprenderam se torna obsoleto e, assim, elas podem ser imediatamente dispensadas. Os executivos, mesmo que representem uma imagem mais camuflada da agonia, podem sofrer tanto quanto os trabalhadores menos qualificados, pois estão submetidos pelo próprio poder que controlam. O trabalhador tem medo de perder o emprego ou de não consegui-lo; os empregados têm medo de perder as conquistas trabalhistas; o proprietário tem medo de investir seu capital de maneira errada; os executivos têm medo de ser rebaixados ou considerados força de trabalho cara para as empresas; e os representantes dos países têm medo das oscilações da Bolsa. O medo diante da situação adversa atinge os já estabilizados, aqueles que estão

desempregados ou os que estão para ingressar no mundo do trabalho, deixando todos “consumidos por um espírito vencido, cansado, esgotado, com rostos igualmente desesperançados e envelhecidos” (FORRESTER, 1997, p. 37).

Mesmo que o indivíduo não possa ser reduzido à sociedade, pois ele também, por meio da autodeterminação, pode ser consciente, pode ser antítese da sociedade que o constitui, observa-se que a dimensão social vem obstruindo a formação de sujeitos autônomos. Isso decorre do fato de que a mediação social, imanente ao homem e referência para a constituição da individuação e para relação com a natureza, não propicia condições favoráveis para a diferenciação, para a possibilidade de ser singular.

Ao indivíduo é oferecida uma relação imediata e automática com os objetos, para que ele tenha a impressão de que algo distinto lhe está sendo ofertado, quando, na verdade, não há experiência, e as coisas só se diferenciam no detalhe, possuindo a mesma substância. “A diferença entre a série Chrysler e a série General Motors é no fundo uma distinção ilusória, como já sabe toda criança interessada em modelos de automóveis” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 116). A relação superficial termina não estabelecendo referenciais para a discriminação dos objetos fazendo com que as pessoas, sem nenhuma reflexão, se desloquem com facilidade para qualquer objeto.

Com o culto ao personalismo, o indivíduo busca incessantemente expressar opiniões e atitudes para que o seu eu possa se sobressair. Nesse movimento, a experiência é substituída pela informação pontual, desconectada, intercambiável e efêmera, que será modificada, no próximo instante, por outra informação.

Concomitantemente a esses elementos apresentados, a sociedade, por sua vez, difunde o discurso de que todos são iguais e que há espaço para lutar por aquilo que se deseja. Todos devem permanecer em movimento; no entanto, embora tudo se modifique, nada se movimenta, e a autonomia é reduzida.

Com base nessa articulação, percebe-se que o capital domina o trabalho e cria nele condições reais para um novo modo de produção, gerando a base material de uma nova formação social: “O trabalho por essa via não resulta apenas produtos, mas produtos produtores; isto é, resulta na reprodução das condições em que ‘produz’ e se ‘produz’” (MAAR, 2001, p. 102-103).

Conclusão

O capitalismo contemporâneo surge com uma racionalidade que valoriza as potencialidades do indivíduo e, mais especificamente, a capacidade de pensar, de ter contato com os afetos e de ser autônomo. Com o objetivo de preparar o cidadão-trabalhador, autônomo, busca-se desenvolver as potencialidades do protagonismo, do empoderamento e a articulação entre a atividade do mundo do trabalho e a participação social e política. As proposições envolvem o “aprender a conhecer”, o “aprender a ser e a conviver” e o “aprender a fazer”, ou seja, o “saber ser”. Assim, não se fala mais na preparação para um posto de trabalho, no executor de tarefas, mas na formação do trabalhador com habilidades de ser pensante, flexível e criativo. O discurso não se baseia mais na preparação para o pleno emprego, mas na educação integral, que deve superar as práticas estritas de treinamento operacional, imediatista, segmentado e pragmático e desenvolver o empreendedorismo, o autoemprego, o cooperativismo, o associativismo e a comercialização de serviços. Disso resulta que os indivíduos tornem-se empreendedores, capazes de atuar sozinhos de modo a criar alternativas de renda. Essa formação alimenta a expectativa de que levar em conta as múltiplas dimensões do indivíduo, ter o conhecimento de todo o processo produtivo, desde o planejamento até a gestão do lucro, bem como preparar os trabalhadores para que saiam da condição de

dependentes para tornarem-se homens de negócios, patrões rumo ao empreendedorismo, conduzem à liberdade.

A racionalidade do trabalho é contraditória, pois enfatiza a formação de um trabalhador-cidadão portador de competências que enaltecem a individualidade e a capacidade de ser autônomo para buscar o bem-estar, mas que, no entanto apresenta uma heteronomia avassaladora. A riqueza psíquica, embora enaltecida, vem sendo empobrecida à medida que as instâncias sociais são cada vez mais racionalizadas pelo modelo industrial. O indivíduo é preparado para viver em uma sociedade em permanente mudança, com novas relações de produção, e para fazer parte do processo dinâmico de reprodução da sociedade capitalista. Nesse caso, o homem torna-se gradativamente menos dependente de padrões absolutos de conduta. Ele é totalmente “livre”, não precisa de padrões, exceto o seu próprio, que é determinado pelo modo de produção. Paradoxalmente, o aumento de independência conduz a um aumento de passividade. Paralelamente ao enaltecimento da emancipação, instala-se a apatia, a alegria fortuita, o sacrifício, o medo e a falta de prazer no indivíduo. Essa semiformação combina condições objetivas e subjetivas e favorece, na verdade, a formação de uma subjetividade massificada, instrumental e reificada que não oferece resistência à ordem estabelecida e ainda é objeto de concordância, de propagação e de concretização de novos mecanismos de sujeição.

A sociedade administrada, “totalmente orquestrada”, se apresenta como única forma de existir e convida todos a participar dessa lógica. Ao indivíduo são atribuídas força e responsabilidade pelas escolhas, pela administração das emoções, pela superação das crises pessoais, sociais e do trabalho e pelas conseqüências dos seus atos, que são enfatizadas de maneira descolada das condições objetivas. Nesse sentido, destaca-se uma liberdade monadológica, encontrada apenas em termos mentais. A individualidade desaparece na mecanização de desempenhos socialmente necessários estabelecidos pelos critérios da produtividade e do lucro. Dessa forma, o culto à subjetividade e, particularmente, à administração dos afetos, indica uma perspectiva que inclui o homem mas exclui o sujeito, ou seja, resgata a subjetividade para poder assujeitá-la, coloca o afeto em pauta para poder instrumentalizá-lo.

Essa preocupação com a ampliação da capacidade do sujeito trabalhador é um artifício para a sustentação do capital e para o predomínio do trabalho heterônomo. A sociedade que prega a autonomia é a mesma que imprime uma realidade ameaçadora que sustenta o medo, a impotência e o tédio. A competitividade faz com que os indivíduos se tornem indiferentes com o outro, mesmo que, muitas vezes, essa indiferença seja encoberta pela política de afetividade que enaltece o amor, a colaboração e a compaixão, encobrindo o ódio entre os competidores. As contradições do capitalismo tardio são cada vez mais agudas, pois, paralelamente à explosão da produtividade, a pobreza é ampliada e a autoconservação fica mais difícil; concomitantemente à acessibilidade dos bens culturais e à ampliação dos meios de comunicação, mais as informações são multiplicadas e esquecidas no indivíduo e mais a experiência e o encontro com o outro, com o diverso, são mutilados; cada vez mais há a instauração de leis que garantem a vida, enquanto a vida é danificada, e, por isso, não livre e não feliz. A resistência, portanto, envolve a análise dessa formação no interior das condições objetivas que a determinam e, para isso, o reconhecimento do que dificulta a realização da autonomia e a preparação do indivíduo para a reflexão crítica é fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. Capitalismo tardio ou sociedade industrial. In: COHN, Gabriel (Org.). Theodor W. Adorno: grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1986. p. 62-75.
- ADORNO, Theodor W. Mínima moralia. Tradução Luiz Eduardo Bicca. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- ADORNO, Theodor W. Palavras e sinais: modelos críticos 2. Tradução Maria Helena Ruschel. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.
- CHESNAIS, François. A mundialização do capital. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- FORRESTER, Viviane. O horror econômico. Tradução Álvaro Lorencini. 7. ed. São Paulo: Unesp, 1997.
- HORKHEIMER, Max. Eclipse da razão. Tradução Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. (Org.). Temas básicos da sociologia. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix; Universidade de São Paulo, 1973.
- IMBRIZI, Jaqueline Maria. A formação do indivíduo no capitalismo tardio: uma análise de estudos que vinculam a esfera subjetiva ao mundo do trabalho. 2001. 245 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. Tradução J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Fundação UNESP, Hucitec, 1999.
- MAAR, Wolfgang Leo. Adorno, semiformação e educação. Educação & Sociedade, São Paulo, v. 24, n. 83, p. 459-475, 2003a.
- MAAR, Wolfgang Leo. Da subjetividade deformada à semiformação como sujeito. Psicologia & Sociedade, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 92-141, jul./dez. 2001.
- MARCUSE, Herbert. Razão e revolução. Tradução Marília Barroso. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MARINI, Ruy Mauro. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. Praga: Revista de Estudos Marxistas, São Paulo, n. 3, p. 89-107, 1997.
- MATOSO, Jorge. A desordem do trabalho. São Paulo: Scritta, 1995.
- PEDROSA, José Geraldo. Trabalho e educação no capitalismo tardio: crítica do trabalho hipostasiado. 2003. 222 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.